



A escola enquanto espaço educacional de discussão e promoção da cultura africana numa perspectiva multiculturalista: o despreparo dos professores nessa abordagem na formação de futuros cidadãos

*Jônatas Peres Soares*¹

A maioria da população talvez não saiba, mas cada escola seguirá determinada meta, traçando objetivos para persegui-la. Estes, por óbvio, deverão ser de cunho acadêmico. Entretanto, o que será ensinado na escola terá um impacto positivo ou negativo na vida dos alunos, a exemplo do currículo oculto (OLIVEIRA, 2008). Nessa perspectiva será abordada a temática da cultura africana num plano multiculturalista, retratando a dinâmica escolar brasileira no enfrentamento dessa questão no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação, Cultura Africana, Multiculturalismo.

Introdução

A sociedade como um todo de tempos em tempos adere a novos comportamentos e atitudes, fazendo com que aquilo que anteriormente era aceito ou visto como benéfico pela sociedade se torne obsoleto. Valores morais e entendimentos acerca de aspectos culturais sofrem uma grande rotatividade de pensamentos e opiniões. Inúmeras coisas que nas décadas de 1980 e 1990 eram tidas como aceitáveis e necessárias para que reinasse a paz na sociedade, hoje são ultrapassadas, em razão de ter emergido na população um novo senso dos conceitos de certo e errado, do aceitável e do inaceitável, do justo e do injusto, e assim por diante.

Trazendo essa análise para a realidade atual, ano em curso, mais especificamente no contexto escolar/educacional, podemos detectar diversas

¹ Cursou o programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (mestrado) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na qualidade de aluno especial. Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Graduado em Filosofia da Educação pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU). Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes – UCAM. Graduando em Pedagogia modalidade EAD/Estácio de Sá. E-mail: jonatas_psoares@yahoo.com.br

vicissitudes que acometem a realidade diária de educadores e educandos quando ocorre por algum motivo choque de culturas. Porém antes de adentrarmos ao mérito da questão nos valemos da lição do antropólogo Laraia (2001) que discorre sobre o conceito de cultura trazido por Edward Tylor lecionando que:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês Culture, que "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qual quer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à idéia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (...) Em 1871, Tylor definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética, como diríamos hoje (TYLOR *apud* LARAIA, 2001, p.48).

Ao trazermos os aspectos acima sobre algumas concepções de cultura, desejamos esclarecer que o termo cultura aqui tratado está relacionado a fatores diversos com os quais já nos acostumamos em nosso cotidiano, tais como os aspectos culturais de língua, vestuário e costumes dos vários povos. Para além desse entendimento ordinário, o que se propõe é trazer uma nova concepção de cultura, qual seja, aquela carregada de significação simbólica, inculcada na mente de boa parte dos brasileiros e difícil de ser eliminada, uma concepção de cunho moral, com emissão de juízos de valores, relacionada à cultura africana.

Conforme explicitado anteriormente, a sociedade tem se deparado com diversos novos matizes e realidades que se defrontam com o pensamento tradicionalista que se tinha até então, fato este que está umbilicalmente relacionado quando se trata do ambiente escolar, o qual sempre seguiu uma linha tradicionalista e padronizada, mas que hodiernamente já se depara com situações onde precisa lidar com o enfrentamento de culturas e os efeitos daí decorrentes.

Discutir em sala de aula a questão que emana acerca da diversidade cultural, e, mais especificamente, quanto à influência que a cultura africana exerceu para a formação da sociedade brasileira, é de extrema importância. Essa importância ocorre não apenas pelo fato de que a futura geração de educandos crescerá em ambientes diferentes, e por conta disso absorverá valores, hábitos e visões de mundo diversas. Uma vez que esses mesmos alunos são de uma realidade em particular, necessitam estar conscientes pelos pais e educadores que encontrarão novos colegas que virão de outros contextos, sejam eles educacionais ou familiares,

trazendo consigo cargas culturais totalmente opostas às suas, e que mais cedo ou mais tarde irão se deparar com aspectos da cultura africana, através dos livros ou de seus próprios colegas negros.

O estranhamento quanto a aspectos de vestuário, linguajar, e costumes, por exemplo é normal, porém não deve ser analisado de acordo com uma visão etnocêntrica, ou seja, de que aspectos da cultura “X” são melhores que os da cultura “Z”.

A cultura africana no contexto escolar e sua discussão dentro de um contexto multiculturalista

Nos mais variados ambientes educacionais, alunos e professores, não raras as vezes, estão limitados a pensar na cultura africana como sendo um país de segunda categoria, não percebendo a riqueza de sua cultura, a importância de suas riquezas naturais e de seus conceitos específicos enquanto nação.

É nítida a preferência dos livros didáticos em exaltar as raízes europeias e americanas, trazendo explicações de suas sociedades, elevando-as a um patamar muito elevado. Porém ao se verificar o conteúdo dos livros didáticos no tocante à cultura africana, temos tão poucas referências da sua riqueza, por outro lado são ressaltados os sofrimentos, castigos, torturas e toda sorte de discriminação causada aos negros.

Desde o século XIX, o termo cultura se refere a todas as realizações materiais e imateriais de um povo, ou seja, tudo que é produzido pela humanidade tanto no plano material quanto no plano das idéias (NEVES, 2012). A idéia do referido autor pode ser encontrada em vários outros textos que tratam da questão cultural.

Nota-se ainda muito preconceito para com a cultura africana, em especial sua religiosidade. Os negros ainda hoje, em pleno século XXI, são vistos por muitas pessoas como não sendo pessoas dignas, ou de confiança, associando à imagem do negro estereótipo, tais como, ladrão e assaltante, o que é uma distorção da realidade, visto que no âmbito da nossa própria sociedade o que mais vemos diariamente nos jornais e noticiários são crimes de colarinho branco, praticados por executivos e pessoas com alto poder aquisitivo, sendo as tais, de todas as cores e raças.

Continuar com tal postura é o mesmo que negar nosso passado de miscigenação. Os brasileiros, como um todo, não estão imunes aos efeitos nocivos da discriminação. Somos fruto do cruzamento de várias raças e culturas, tendo tons de pele diferentes, e em ambas as tonalidades, tanto para o negro quanto para o branco, fazemos do Brasil uma nação miscigenada.

A intenção de perpetuação da cultura branca, juntamente com uma busca crescente e cada vez maior de adquirir hábitos e agir como residentes de outro país pode significar um equívoco para a nação.

Imperioso trazer a presente análise o disposto na Lei Federal de nº 11.645/2008 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”), a qual alterando a lei 9.394/1996 (A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) trouxe em seu artigo 1º o seguinte:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. **§ 1º** O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. **§ 2º** Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 1996).

Na tentativa de buscar realocar a cultura africana na realidade escolar a própria lei teceu premissas a serem observadas, tornando obrigatório nos ensinos fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (sendo que esta última não faz parte da presente análise).

A visão que é passada para o aluno é a que se refere ao negro como raça inferior, que deve servir a uma classe superior (a branca), e que os mesmos foram importantes para ajudar a levantar edifícios, trabalhar em lavouras, e servir aos seus donos. No entanto, sabemos que o continente africano, e a cultura afro brasileira ajudou a moldar de forma profunda o arcabouço cultural do Brasil que temos e vemos hoje, e pode também trazer muitos benefícios em termos de culturas aos estudantes. Pode-se perceber pelos diversos escritos e notícias oferecidas pela mídia que ainda impera a cultura do preconceito, mesmo sendo o Brasil e os brasileiros de maneira em geral declarados como um povo tolerante, que abraça as culturas de outros povos, e que são filhos da miscigenação, o que diferenciaria dos outros povos da terra.

Candau (2008, p. 13) leciona que

[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber

uma experiência pedagógica 'desculturizada', isto é, desvinculada totalmente, das questões culturais da sociedade.

A autora ainda fala que a escola é um ambiente propício para o chamado *cruzamento de culturas*, e que os educadores da atualidade não podem fechar os olhos com relação às demandas que as questões culturais têm atualmente apresentado, sendo mister que nossas crianças saibam detectar essa nova realidade.

A noção do termo multiculturalismo remete a várias problemáticas já tratadas no presente estudo, em especial a nossa formação enquanto nação, com a inter-relação entre diversas culturas. Candau (2008) assevera ainda que

Na América Latina e, particularmente, no Brasil a questão multicultural apresenta uma configuração própria. Nosso 1 continente é um continente construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante através de toda sua história, uma história dolorosa e trágica principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afro-descendentes. A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do "outro" ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade. Os processos de negação do "outro" também se dão no plano das representações e no imaginário social. Neste sentido, o debate multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica. A Problemática multicultural nos coloca de modo privilegiado ^ante dos sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão (CANDAU, 2008, p. 17).

O multiculturalismo que marca o Brasil em que vivemos é diferente do multiculturalismo de outros países, com efeito, arremata a autora dizendo o seguinte:

Convém ter sempre presente que o multiculturalismo não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral. São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos, dos movimentos sociais, especialmente os ""referidos às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo entre nós, os referidos às identidades negras, que constituem o locus de produção do multiculturalismo (CANDAU, 2008, p. 18)

Cabe aos educadores e à própria escola, seja através do seu projeto pedagógico ou outro meio, buscar a efetiva inserção dos negros, e da sociedade negra, abordando seus aspectos culturais e fatores que ajudaram o Brasil a angariar o *status* de potência cultural que hoje detém.

Nas salas de aula, por exemplo, talvez seja interessante estudar a cultura por trás do grafite, das danças, etc. É sabido que a maioria dos estudantes negros já são segregados pela própria sociedade, e enfrentam dificuldades ulteriores no

que se refere à educação, pelo fato de que a maioria da população negra não receber salários condizentes com a realidade mercadológica, fazendo com que esse segmento estude em escolas mais precárias as quais não os preparam efetivamente com uma carga cultural e educacional aceitável para a vida cidadã real que os aguarda. Sabemos que existem exceções, porém nos referimos a situações observadas com maior regularidade no cotidiano dos estudantes negros brasileiros.

Logo, integrar esses negros e suas concepções, valores e culturas no ambiente escolar, poderia enriquecer de forma exponencial não apenas os demais alunos, que não conhecem a realidade dos seus antepassados, tampouco a sua história, mas também os próprios alunos que são negros, ou que se reconhecem como tais. Setores variados da sociedade, não raras as vezes, castigam os negros chamando-os como tais, muitas vezes não mais um conceito atrelado a raça, e sim com intuito de tecer comentários depreciativos, fazendo com que os mesmos já absorvam sua condição de “inferioridade” no seio social. Para dismantelar esse entendimento errôneo, faz-se necessário um esforço conjunto para que o enlace entre culturas antes de ser o problema, seja a solução.

Silva (2007) retrata que a sociedade brasileira sempre teve em seu âmago a diferenciação por grupos étnicos, e que o termo multicultural surge quando os grupos oprimidos resolvem reagir. Ainda na esteira da idéia de uma superioridade da raça branca sobre as demais não identificadas como tal (por mais que o estudo das raças e seus desdobramentos no decorrer da história não sejam o escopo desse estudo), Silva (2007) no traz ainda uma grande contribuição quanto a esse fenômeno segregacionista, como segue:

A nação brasileira se projetou branca conforme mostram proposições e argumentos de Romero (1943) e Vianna (1938); por isto, explica Seyffert (2002, p. 37), a migração européia teve entre seus objetivos “o clareamento da população (que também significa ocidentalização), supondo-se que, num processo histórico de mestiçagem fossem prevalecer as características da ‘raça branca’”. Fortalecida por políticas desta natureza, se estabelece, no Brasil, a branquitude como norma inquestionável, da mesma maneira que em outras sociedades que tentam se universalizar como brancas e, portanto, herdeiras do mundo ocidental europeu (SILVA, 2007, p. 491).

Não há como negar, apesar de toda a fachada de país democrático e aberto a novas culturas, com um povo reconhecido em todo o mundo como sendo amoroso e flexível às mudanças, somos um país preconceituoso, conforme já afirmara o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

[...] Acho que a complexidade da nossa formação cultural deve ser usada de uma maneira criativa. Aqui temos discriminação, aqui temos preconceito, mas, “as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam

como lá”. Ou seja, não é o mesmo tipo de discriminação, não é o mesmo tipo de preconceito de outras formações culturais (CARDOSO, 1996, s/p).

Considerações Finais

Redefinir as prioridades quanto à formação cultural brasileira é um debate mais do que atual e necessário. Negar-se a discutir a formação do nosso país, é o mesmo que negarmos a nós mesmos, é negar nossas origens, nossos valores e costumes, consubstanciando-se tal comportamento na mais violenta forma de preconceito e indiferença para nós mesmos.

Os professores, diretores, educandos das mais diversas categorias necessitam despertar o interesse para a questão da diferença na escola, do novo, para como saber quando agir nas situações em que há flagrante choque entre culturas, e fazer cômnicos a futura geração de brasileiros e brasileiras para saber encarar as diferentes culturas não como sendo algo maléfico, mas para abraçar e saber respeitar os diferentes contextos culturais que nos rodeiam, sejam eles evidenciados nos aspectos econômicos, sociológicos ou antropológicos.

A diferença aqui mencionada não está relacionada à diferença de gênero, ou de políticas ideológicas ou religiosas. O que se está se buscando tratar é a maneira como as pretéritas gerações trataram os negros, e a cultura africana como um todo, e como as atuais gerações ainda os tratam. Pode ocorrer de não os reconhecermos como detentores dos mesmos direitos ou oportunidades simplesmente por fatores relacionados à cor, ou um passado de servidão, a ponto de não querer, por exemplo, dividir um assento em um transporte público, ou caso tenha perdido algum objeto seu na rua e apontar o dedo para o primeiro negro que passar sob o argumento de que “ele ou ela tem cara de ladrão”. Infelizmente, tal realidade e pensamentos estão mais impregnados no imaginário da população brasileira do que poderíamos supor.

O caminho a ser percorrido não é dos mais fáceis, porém não é impossível galgarmos tal posição, basta querermos fazê-lo enquanto sociedade para que o primado constitucional estatuído no caput do artigo 5º da Constituição Federal que assevera que: “todos são iguais perante a lei...”, deixe de ser lembrado apenas em momentos específicos, e passe a ser realidade em nossa nova forma de ver nossos semelhantes, sejam eles brancos ou negros, culturados ou aculturados.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. Biblioteca da presidência da República. **Discurso na abertura do seminário internacional** -"Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos". 2 de julho de 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial>>. Acesso em novembro de 2017.

BRASIL **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9394**. 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lei/L9394.htm>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NEVES, Ana Maria Bergamin. **Interações: raízes históricas brasileiras**. São Paulo: Blucher, 2012.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. **Currículo: um instrumento educacional, social e cultural**. Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, Maio-Agosto de 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007

LARAIA, Roque de Barros. **Um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001